



# CLIPPING



16 de  
JANEIRO  
2023

# Paciente aguarda um mês por tratamento e tem piora, mesmo com ordem judicial contra o Estado do Pará

Luana de Lima, de 21 anos, teve pedido de transferência negada por hospitais de Belém. Segundo família, enquanto aguardava, jovem parou de andar e ficou com vista embaçada e audição comprometida.

Por Lissa de Alexandria, g1 Pará — Belém  
14/01/2023 15h51 · Atualizado há um dia



Luana de Lima está há mais de 30 dias sem ser transferida para estabelecimento de saúde que ofereça tratamento adequado — Foto: Arquivo Pessoal

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Uma jovem aguardou quase um mês por transferência para o devido tratamento em hospital público do Pará. Segundo a família de Luana Ludmila Queiroz de Lima, de 21 anos, enquanto esperava, a paciente teve piora do quadro de saúde, mesmo com determinações judiciais para que ela fosse transferida o quanto antes. Luana parou de andar e ficou com vista embaçada e audição comprometida, ainda conforme a família.

A jovem foi acometida de um Acidente Vascular Cerebral no dia 13 de dezembro, mas o diagnóstico ocorreu dias depois. A 1ª Vara Cível e Empresarial de [Altamira](#) determinou ao Governo do Estado do Pará e ao município de Altamira, no dia 18 de dezembro de 2022, que transferisse Luana para um hospital que atenda às necessidades de tratamento especializado assistido por um neurocirurgião.

Até a manhã deste sábado (14), Luana e a família aguardavam resposta. Após ser procurada pela reportagem do **g1**, a Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (Sespa) informou na tarde deste sábado "que a paciente já tem leito reservado no Hospital Regional Abelardo Santos e a transferência já está sendo providenciada". A secretaria não detalhou por qual motivo a transferência não ocorreu antes.

### **Decisões judiciais**

Quem assinou a primeira decisão judicial é o juiz de Direito Antônio Fernando de Carvalho Vilar, que deu prazo de 24h para que fosse cumprida.

De acordo com amigos e familiares da paciente, a internação no Hospital Regional da Transamazônica só foi possível após a decisão judicial, pois alegavam estar sem leitos. Porém, o estabelecimento de saúde não possui o especialista necessário para atender ao caso de Luana.

A transferência foi solicitada para o Hospital Ophir Loyola, em [Belém](#), que foi negada também por falta de especialista, e para o Hospital Abelardo Santos, no

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

distrito de Icoaraci, também em Belém, para o qual foi negada a transferência da paciente por falta de leito.

Uma nova decisão, emitida pelo juiz de Direito da 3ª Vara Cível e Empresarial de Altamira, André Paulo Alencar Apíndola, em 10 de janeiro, foi feita para que o Estado e o município de Altamira se manifestassem sobre o cumprimento ou não do caso. Um novo pedido de transferência para o Abelardo Santos foi feito e o status atual da situação é de "em fila".

"O estado de saúde da minha filha, infelizmente só tem agravado. Quando entrou no hospital andava, hoje, não anda. Tudo o que faço com ela é na cadeira de rodas, eu que visto, dou banho. Houve dias que não conseguia nem levantar o braço para comer. Nas crises ela chora, a cabeça dela lateja de dor, a gente vê as veias pulsando. Não tem onde furar mais o braço, porque as veias não aguentam pelo excesso de medicamento. Ela está tomando morfina de 4 em 4 horas para controlar a dor e não resolve. As pernas estão inchadas e doloridas, está usando meia para tentar ajudar. Está com a vista embaçada, ela não consegue mais escutar direito, então o caso está se agravando por negligência do estado", detalha a mãe de Luana, Josymeire da Silva Queiroz.

Na liminar, a Justiça concede tutela de urgência para que as secretarias de saúde tanto do município de Altamira, quanto do Estado do Pará, adotem as providências para o tratamento de Luana. Em caso de descumprimento, as administrações públicas podem pagar multa diária e ainda ter bloqueio de contas.

A família voltou a procurar a Justiça esta semana, porém, com o suposto ataque ao site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, não foi possível dar entrada em um novo processo. A mãe da paciente disse que retornaria à Justiça na próxima semana, caso a espera continuasse.

### **Paciente ficou 1 mês sem o devido tratamento**

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

No dia 13 de dezembro, por volta de 14h, Luana enviou uma mensagem para a mãe informando estar com uma forte dor de cabeça. A mãe, Josymeire, aconselhou um remédio.

Cerca de duas horas depois, a filha voltou a se comunicar dizendo que a dor de cabeça estava insuportável e que iria esperar o marido chegar e foi para o Hospital Santo Agostinho para tomar uma medicação.

Na quinta-feira (15), Luana recebeu alta porque a tomografia não apontou nada grave.

A família levou Luana Ludmila ao oftalmologista e lá, o especialista suspeitou de meningite devido aos sintomas e encaminhou para o neurologista. Na sexta-feira (16), após avaliação, o neurologista solicitou duas ressonâncias, as quais foram feitas no dia seguinte.

"Quando ele viu o resultado, descartou aneurisma, mas ficou atento ao estreitamento de uma artéria no lado direito e a um líquido visível no exame", conta Josymeire.

Luana foi encaminhada para a UPA, onde deu entrada no sábado (17) à tarde para ser encaminhada para o Hospital Regional da Transamazônica.

"O diagnóstico de AVC foi dado na UPA e quando demos entrada no Regional, o médico deu um novo laudo com hipertensão intracraniana benigna, o que já passamos para a advogada que está nos auxiliando, mas como o sistema do TJPA está fora do ar ainda não foi possível atualizar", explica a mãe da paciente.

### **Hospital Regional passou por paralisação**

Em novembro de 2022, [médicos que atuam no Hospital Regional da Transamazônica paralisaram as atividades por falta de pagamento](#).

Na época, 56 profissionais assinaram uma carta que foi encaminhada à Secretaria de Saúde do Estado do Pará (Sespa), e à Pró-Saúde, organização

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

social responsável pela gestão do estabelecimento de saúde até dezembro de 2022, e ao Ministério Público.

No documento, a categoria relatou que não recebeu o pagamento dos meses de outubro e novembro.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



Reprodução

## Paraense de Novo Progresso está entre os presos por atos em Brasília; homem era foragido no Pará

POR ROMA NEWS | 16 DE JAN DE 2023, 10:11

COMPARTILHAR:



Um paraense, morador de Novo Progresso, sudoeste do Estado, é um dos presos listados pela Secretaria de Administração Penitenciária do DF (Seap-DF) por participar dos atos em Brasília no último dia 8. O homem estava foragido da Justiça em Novo Progresso e sua prisão no Distrito Federal foi destaque nacional.

Antônio Geovane Sousa de Sousa, de 23 anos, já tinha antecedente criminais. Em 2018, ele foi preso em uma investigação por esfaquear um homem até a morte e fugiu do local, desde então, esteve foragido da Justiça.

Antônio Geovane foi preso no acampamento em frente ao Quartel do Exército em Brasília. O homem foi encontrado com bombas, estilingues e materiais usados para fazer coquetel molotov para serem usados nos atos.

Ele estava em Brasília desde o dia 15 de novembro de 2022. À polícia, durante depoimento, ele alegou ter ido à capital para protestar contra o novo governo. Antônio está preso no Complexo Penitenciário da Papuda no Distrito Federal e

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

aguarda transferência para Novo Progresso onde vai responder pelo crime de homicídio (acusado de matar um homem a facadas).

**Com informações do Extra**

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



## Ataques hackers acendem alerta para maiores investimento em segurança digital nas instituições

Em entrevista concedida à Redação Integrada de O Liberal o especialista em segurança digital, Rômulo Albuquerque, coordenador de segurança da UFPA, aponta que investimentos em segurança da informação devem ser uma prioridade das instituições públicas e privadas



Gabriel Pires

14.01.23 7h30



Em visita à Redação do Grupo Liberal, o professor Rômulo Albuquerque, da UFPA, reforçou a importância de investimentos em segurança digital para evitar ataques mais graves (Cláudio Pinheiro / O Liberal)

As duas últimas semanas foram marcadas por diversos alvos de ataques hackers pelo Brasil. Contas de Youtube do Paysandu e Jovem Pan foram invadidas, além do site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e do sistema oficial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tinha como alvo o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. Em entrevista concedida à Redação Integrada de O Liberal o especialista em segurança digital, Rômulo Albuquerque, coordenador de segurança da informação da Universidade Federal do Pará (UFPA), alerta que investimentos em segurança da informação devem ser uma prioridade das instituições públicas e privadas, a fim de evitar casos como esse.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## VEJA MAIS



[Paysandu: ataque hacker em conta do Youtube preocupa direção do clube: 'São 10 anos de história'](#)



[Polícia Federal investiga suposto ataque hacker após mandado de Moraes pedindo a própria prisão](#)



[Hackers invadem sites do Governo do Ceará e pedem anulação de votos do Nordeste](#)

Por nota, a Polícia Civil informou que "...os crimes podem ser denunciados em qualquer unidade policial ou diretamente na Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos, na Av. Pedro Miranda, 2288, em Belém. A PC reforça a importância da formalização da ocorrência para que os casos possam ser devidamente apurados, com a apresentação de elementos que comprovem os crimes praticados. Penalidades, determinadas pela justiça, dependem das tipificações em que cada caso será enquadrado".

**- O que os recentes ataques registrados pelo Brasil revelam sobre o trabalho de proteção dos sistemas no país?**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Os tipos de ataque são os mais diversos. Há ataques direcionados a empresas e que geralmente tem um grau de sofisticação maior. Já ataques a pessoas costumam ser mais simples e se baseiam no desconhecimento e, às vezes, ingenuidade da vítima. Portanto não dá para cravar uma única revelação sobre os ataques, mas podemos dizer que há muito desconhecimento das pessoas sobre segurança cibernética e muitas empresas investem pouco em segurança da informação

**- Esse volume de ataques pode representar uma ameaça maior às instituições públicas e privadas?**

O volume de ocorrências deve alertar as empresas e os gestores a realizarem maior investimento em segurança da informação. Isso vale tanto para a equipe de TI que cuida da parte tecnológica quanto para os funcionários e colaboradores que usam os meios tecnológicos e portanto fazem parte da cadeia de ativos que precisa ser protegida. Por exemplo, o uso de uma senha fraca ou o seu compartilhamento é uma brecha de segurança (vulnerabilidade) específica do usuário e que pode ser explorada por um hacker.

**- Quais as recomendações para os profissionais que cuidam da segurança digital?**

A área de atuação em segurança da informação é muito ampla. Portanto deve-se investir sempre em cursos e na reciclagem e contratação desse tipo de profissional. E como dito anteriormente, não só a equipe de profissionais de segurança deve receber atenção, mas também todas as outras pessoas envolvidas na cadeia tecnológica através de cursos e palestras sobre conscientização e conhecimentos básicos de segurança e proteção digital.

**- Usuários precisam ficar preocupados com seus dados diante desses ataques?**

Sim, há diversos casos de vazamentos de dados, inclusive nós já temos uma legislação específica sobre tratamento de dados pessoais, que é a LGPD (Lei

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Geral de Proteção de Dados) que visa normatizar a forma como as empresas e órgãos públicos devem gerir nossos dados pessoais a fim de nos resguardar de ataques hackers, por exemplo. Mas de modo geral, esses são cuidados que ficam mais a cargo das empresas que custodiam nossos dados pessoais. Quanto a nós, os clientes, cabe mais o cuidado para não disponibilizar esses dados pessoais para qualquer pessoa ou empresa. Antes de repassar dados pessoais, procure se certificar de que está tratando com uma empresa homologada e mesmo assim não temos total garantia de que os dados não possam sofrer vazamentos. Portanto, não forneça dados pessoais para qualquer um.

**- A legislação brasileira e autoridades estão prontas para lidar com as implicações, investigações e responsabilização de hackers?**

Sim, e a principal lei a respeito de crimes cibernéticos é a lei Carolina Dieckmann, que tipifica crimes virtuais como a invasão de dispositivos informáticos. Temos também a LGPD que prevê sanções a entidades que desrespeitem o devido tratamento de dados pessoais.

*(Gabriel Pires, estagiário, sob a supervisão do coordenador do Núcleo de Atualidades, João Thiago Dias)*

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)